
 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	
TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS		

PAE N° E-2026/2659300

1 DEFINIÇÃO OBJETO:

1.1 Este termo tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de **MEDICAMENTOS PARA O TRASNPANTE**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Caso haja divergência na especificação dos itens constantes no Portal de Compras do Governo Federal (CATMAT), prevalecerá o descritivo constante neste Termo de Referência.

1.3 A licitação será por item, não sendo necessária formação de lotes ou grupos.

1.4 ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES:

1.4.1 O órgão gerenciador é a FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO ESTADO DO PARÁ (FSCMPA)

1.4.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:



1.4.2.1 - FHCGV - Hospital de Clínicas Gaspar Vianna

1.4.2.2 - HEMOPA - Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Pará

1.5 **O orçamento estimado está no anexo I deste Termo de Referência. será anexado separadamente a estimativa MV ou mapa de preços.**

2 JUSTIFICATIVA – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundação Santa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) é um hospital com o Perfil Assistencial na Atenção à Saúde da Criança, Atenção à Saúde da Mulher, e Atenção à Saúde do Adulto, prestando serviços ambulatoriais, com ênfase a atenção a gestação de alto risco e neonatologia, além de promover ensino e pesquisa, e atuar como hospital sentinela nas ações de vigilância em saúde.

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	
TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS		

2.2 Trata-se de aquisição para um período de 12 (doze) meses de **MEDICAMENTOS PARA O TRANSPLANTE**, são medicamentos padronizados e utilizados nos protocolos dos transplantes renais e hepático, indispensável para à prestação de serviços essenciais nesta fundação.

2.3 Considerando que os medicamentos transplante são essenciais para evitar rejeição do órgão transplantado pelo organismo do paciente, sendo essenciais no ponto de vista farmacológico para a promoção de saúde dos pacientes internados no hospital.

2.4 A utilização de tais itens é contínua e pode ser necessário seu uso a qualquer momento de acordo com a demanda de atendimentos assistencial.

2.5 Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.



2.6 Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.7 Mediante o exposto, é de fundamental importância a aquisição dos itens para manter reserva técnica no hospital para uso conforme necessidade.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 Conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar, Trata-se de aquisição a se fazer mediante Sistema de Registro de Preço (SRP) através de Licitação, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com fulcro na Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

3.2 A solução escolhida foi a Registro de Preços, pois a contratação será realizada de forma parcelada de acordo com a necessidade da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará para que não haja estoques desnecessários. Assim, a licitação deverá ocorrer pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo maior economia e

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	
TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS		

flexibilidade na aquisição dos materiais e por entender, ainda, que haverá a necessidade de contratações frequentes.

3.3 Por se tratar de Insumos para uso regular e por nem sempre serem itens disponíveis no mercado nacional, entende-se que a aquisição através de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços é a solução mais adequada para aquisição dos mesmos. A contratação por SRP se justifica, pois se trata de demanda para atendimento a FSCMP, ao longo do ano que se segue, conforme forem ocorrendo às necessidades. Ademais, a celebração de ata de registro de preços vai ao encontro dos princípios da eficiência administrativa e economicidade e uma gestão eficiente de controle.

3.4 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 A apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.



 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	
TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS		

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

- 4.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.6 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.7 Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.5.
- 4.8 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.5, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

5 NATUREZA DO BEM:

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	
TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS		

5.1 Os bens a serem adquiridos neste Termo de Referência são classificados como bens de natureza comum pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si.

6 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 As empresas deverão comprovar a qualificação técnica por meio da apresentação de: bulado medicamento e certificado válido da ANVISA.

6.1.1 Para habilitação será exigida a documentação jurídica, fiscal, social e trabalhista, são usuais para generalidade do objeto e disciplinado conforme edital.

6.1.2 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

6.1.3 Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Anvisa, da sede da empresa interessada, obtida mediante consulta ao Portal da Anvisa. (para materiais técnicos).



6.1.4 A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.

7 CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS TÉCNICOS.

7.1 O licitante detentor da proposta de menor preço, deverá apresentar, para fins de comprovação de relativa à qualificação técnica:

A proposta de preços deve incluir descrição detalhada, identificação do item, unidade de medida, quantidade ofertada, preços unitários e totais, marca, fabricante, validade da proposta, número de registro emitido pela ANVISA ou sua dispensa quando aplicável.

7.2 Bula do medicamento

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	
TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS		

7.3 Registro do Medicamento ou da Notificação Simplificada ou do Certificado de Dispensa de Registro do Medicamento, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária–ANVISA, devendo ser apresentado de forma legível e constar a validade (dia/mês/ano), por meio de cópia autenticada do registro do medicamento na ANVISA, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U., grifando o número relativo a cada produto cotado, ou cópia emitida eletronicamente pelo sítio da ANVISA.

7.3.1 Apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela Anvisa, obtida por meio de consulta ao Portal da Anvisa.

7.3.2 Em caso de registro vencido, apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de revalidação, acompanhada da cópia do registro vencido, desde que a revalidação tenha sido solicitada no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade.



7.4 Para todos os itens, será necessário bula e registro dos medicamento, identificando no catálogo o item que está sendo ofertado. O não envio poderá acarretar na recusa do item.

7.4.1 O licitante deverá apresentar uma declaração de que o medicamento fornecido será recolhido e substituído, sem ônus para o Hospital, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos.

7.5 O critério de avaliação será o menor preço, desde que atenda às especificações, padrão de qualidade e notificações prévias da fundação, resultando na proposta mais vantajosa.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Fornecer os produtos atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Termo de Referência, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos.

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	
TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS		

8.2 Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto entregue.

8.3 Entregar o objeto na FSCMPA nas quantidades e especificações contidas na Nota de Empenho pela CONTRATADA, conforme descrição do produto ofertado pela empresa.

8.4 Entregar o objeto deve ser com nota fiscal eletrônica de acordo com o especificado na nota de empenho, juntando a esta as Certidões de Regularidade Fiscal (FGTS, Previdenciária, Dívida Ativa da União e Receita Estadual).

8.5 A entrega do objeto em desacordo com o solicitado neste Termo e aprovado pelo parecer técnico, deverá ser trocado no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação do erro.



8.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.7 Fornecer os produtos novos, de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e suas especificações.

8.8 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento.

8.9 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA

8.10 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no cumprimento das obrigações deste Edital, ficando, ainda, a

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	
TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS		

CONTRATANTE isentas de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiário.

8.11 A CONTRATADA deverá manter sempre atualizado o seu endereço, telefone, email e meios de contato junto à CONTRATANTE.

8.12 Responsabilizar-se pela garantia (assistência técnica) dos materiais ofertados, conforme estipulado em seus respectivos descritivos ou, caso inexista tal informação, pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, sendo solidariamente responsáveis pelas garantias (assistência técnica) ofertadas pelos fabricantes.

8.13 Comunicar a fundação no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9 FORMA DE ENTREGA



9.1 O empenhos dos objetos serão divido será realizada de forma parcelada de acordo com a necessidade desta Fundação para que não haja estoques desnecessários. Assim, a licitação deverá ocorrer pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo maior economia e flexibilidade manutenção de estoque conforme orçamento e necessidade.

9.2 RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, TELEFONE E E-MAIL

- ✓ Responsáveis pelo recebimento: Funcionários da CAF/FSCMP.
- ✓ Telefone: (91) 4009 0339.
- E-mail: santacasacaf@gmail.com

9.3 FISCAL DO FORNECIMENTO

- ✓ Nome: Glenda Luciana Costa Braga
- ✓ Cargo: Farmacêutica
- ✓ Matrícula: 5904397
- Email: glenda.costa@santacasa.pa.gov.br

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	
TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS		

9.3.1 FISCAL SUBSTITUTO

- ✓ Nome: Marcelo Silva de Vilhena
- ✓ Cargo: Farmacêutico
- ✓ Matrícula: 5923672
Email: marcelo.vilhena@santacasa.pa.gov.br

LOCAL, HORÁRIO E PRAZO DE ENTREGA:

9.3.2 Os medicamentos devem ser entregues em até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento do empenho pelo fornecedor, de forma que o não cumprimento deverá ser notificado e comunicado ao setor competente

9.3.3 Central de Abastecimento Farmacêutico da FSCMP, na entrada da Rua Oliveira Belo nº 359, entre 14 de Março e Generalíssimo Deodoro, Bairro Umarizal, Belém-Pará, CEP: 66050-380 -Belém/PA.

9.3.4 O horário de recebimento de medicamentos na CAF da FSCMP é de 8 às 12h00 e de 14 às 17h00, podendo ser agendado pelo telefone (91) 3251-7439 e email institucional santacasacaf@gmail.com.



9.3.5 Os medicamentos devem acompanhar documentação fiscal (nota fiscal, recibo, certidões de regularidade, empenho, guia de remessa) em 02 vias.

9.3.6 A documentação apresentada deve estar de acordo com as quantidades entregues.

9.3.7 A quantidade recebida deve estar de acordo com a quantidade solicitada.

9.3.8 Os valores praticados na NF devem estar de acordo com a proposta do fornecedor.

9.3.9 Os medicamentos devem ser entregues conforme a solicitação: forma farmacêutica, concentração, apresentação e em condições ideais de conservação e inviolabilidade. Devem conter na embalagem o número do registro no MS, o nome do

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	
TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS		

Farmacêutico Responsável Técnico, número do CRF do mesmo e a Unidade Federativa em que está inscrito.

9.3.10 Todas as embalagens primárias devem OBRIGATORIAMENTE conter código de barras. Devem ser entregues acompanhados do Certificado de Análise ou Laudo do Controle de Qualidade do produto.

9.4 VALIDADE

9.4.1 Prazo de validade dos medicamentos: não inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.

10 PRAZO DE PAGAMENTO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIADO CONTRATO

10.1 PRAZO DE PAGAMENTO

10.1.1 Prazo de até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com comprovante de regularidade fiscal da contratada.

10.2 VIGENCIA:

10.2.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso conforme Lei 14.133.



10.2.2 Os contratos decorrentes da ata de registro de preços ARP terão vigência de 12 (DOZE) MESES e deverão ser assinados no prazo de validade da ARP.

10.3 PRORROGAÇÃO:

10.3.1 A duração do contrato será o descrito no Art. 107 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

10.4 FORMA DE PAGAMENTO:

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	
TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS		

10.4.1 A forma de pagamento será por ordem bancária na conta corrente da contratada. A prova de Regularidade Fiscal pode ser feita por consulta SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante, ou ainda pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

10.5 GARANTIA CONTRATUAL:

10.5.1 Não se aplica, pois, a garantia é obrigatória para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do inciso VI do art. 8º do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, o que não é o caso da presente contratação.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Compete à contratante efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.



11.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas.

11.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

11.4 Fornecer à CONTRATADA, a qualquer tempo, toda a informação que julgar pertinente à entrega do objeto licitado, no intuito do bom desenvolvimento do compromisso assumido, sempre se pautando nas normas reguladoras citadas e outras que venham a ser emitidas mesmo após a assinatura do contrato.

11.5 A CONTRATANTE reserva-se o direito de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA através de um representante especialmente designado, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega/fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas, senões ou defeitos observados.

11.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	
TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS		

como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Belém (PA), 25 de Maio de 2026

MANUELA FONSECA

Gerente de Estoque - 57221496



TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS

PAE N° E-2026/2659300

1.4 A QUANTIDADE REGISTRADA, FICA ESTABELECIDADA EM CONFORMIDADE COM A TABELA ABAIXO:

ANEXO I

N°	CÓD	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	ÓRGÃO GERENCIADOR- FSCMPA				ORGÃO PARTICIPANTE - FHC GV		ORGÃO PARTICIPANTE - HEMOPA		QTD. TOTAL DE ITENS DOS ÓRGÃOS
			UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	QTD	VALOR TOTAL	QTD	VALOR TOTAL	
1.	221570	BASILIXIMABE 20MG, PÓ LIÓFILO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA+ SOLUÇÃO DILUENTE 5ML.	FR/AMP	120	R\$ 8.270,13	R\$ 992.415,60	120	R\$ 992.415,60	0	R\$	240
2.	322660	CICLOSPORINA PARA MICROEMULSÃO 100MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 50ML. GRADUAÇÃO ALCOÓLICA DA SOLUÇÃO ORAL DE	FR	30	R\$ 373,27	R\$11.198,10	30	R\$11.198,10	20	R\$ 7.465,40	80

Processo: 2026/2659300 | Sequencial: 19 | Autenticação: 36b310ef-ec93-4223-8378-031cf6b95a1c
Acessado por: José Leonardo do Nascimento Pessoa (CPF: ***.965.032-**) em 25/05/2026 às 13:02

Página: 13/21



TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS

		94,70 MG/ML.									
3.	227730	CICLOSPORINA 25MG CAPSULA, ACONDICIONADA EM BLÍSTER CONVENCIONAL OU PICOTADO COM IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUALIZADA CONTENDO NOME DO FÁRMACO, LOTE E VALIDADE.	CAPSULA	1.500	R\$ 3,09	R\$4.635,00	1.500	R\$4.635,00	4.000	R\$ 12.360,00	7.000
4.	227749	CICLOSPORINA 50M CAPSULA, ACONDICIONADA EM BLÍSTER CONVENCIONAL OU PICOTADO COM IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUALIZADA CONTENDO NOME DO FÁRMACO, LOTE E VALIDADE.	CAPSULA	4.000	R\$ 5,67	R\$22.680,00	4.000	R\$22.680,00	4.000	R\$ 22.680,00	12.000



TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS

5.	227757	CICLOSPORINA 100MG CAPSULA, ACONDICIONADA EM BLÍSTER CONVENCIONAL OU PICOTADO COM IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUALIZADA CONTENDO NOME DO FÁRMACO, LOTE E VALIDADE.	CAPSULA	6.000	R\$ 9,35	R\$56.100,00	6.000	R\$56.100,00	6.000	R\$ 56.100,00	18.000
6.	2086883	CONCENTRADO DE COMPLEXO PROTROMBÍNICO 500UI (FATORES DE COAGULAÇÃO II, VII, IX E X, PROTEÍNA C, PROTEÍNA S), PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO- AMPOLA + FRASCO- AMPOLA COM 20 ML DE ÁGUA PARA INJETÁVEIS	FRASCO- AMPOLA	200	R\$ 2.027,50	R\$405.500,00	200	R\$405.500,00	0	R\$	400



TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS

		DISPOSITIVO DE TRANSFERÊNCIA COM FILTRO. EMBALAGEM PRIMÁRIA (FRASCO-AMPOLA, TAMPA DE BORRACHA, LACRE) E ÍTENS DO KIT DE TRANSFERÊNCIA SEM LÁTEX.									
7.	1317474	EVEROLIMO 0,5 MG, COMPRIMIDO ACONDICIONADO EM BLÍSTER CONVENCIONAL OU PICOTADO COM IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUALIZADA CONTENDO NOME DO FÁRMACO, LOTE E VALIDADE.	COMPRIMIDO	800	R\$ 36,33	R\$29.064,00	800	R\$29.064,00	0	R\$	1.600



TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS

8.	2086840	FIBRINOGENIO (FATOR I) 1G, PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL E INFUSÃO, FRASCO- AMPOLA, EMBALAGEM PRIMÁRIA (FRASCO- AMPOLA, TAMPA DE BORRACHA, LACRE) SEM LÁTEX.	FRASCO- AMPOLA	150	R\$ 2.283,91	R\$342.586,50	150	R\$342.586,50	0	R\$	300
9.	2034204	IMUNOGLOBULINA ANTITIMÓCITO (IMUNOGLOBULINA DE COELHO ANTITIMÓCITOS HUMANOS) 25MG PÓ LIÓFILO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA.	FRASCO- AMPOLA	200	R\$ 902,00	R\$180.400,00	200	R\$180.400,00	300	R\$ 270.600,00	700
10.	284254	MICOFENOLATO DE MOFETILA 500MG, COMPRIMIDO, ACONDICIONADO EM BLÍSTER CONVENCIONAL OU	COMPRIMIDO	1.500	R\$ 13,86	R\$20.790,00	1.500	R\$20.790,00	0	R\$	3.000

Processo: 2026/2659300 | Sequencial: 19 | Autenticação: 36b310ef-ec93-4223-8378-031cf6b95a1c

Acessado por: José Leonardo do Nascimento Pessoa (CPF: ***.965.032-**) em 25/05/2026 às 13:02



TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS

		PICOTADO COM IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUALIZADA CONTENDO NOME DO FÁRMACO, LOTE E VALIDADE.									
11.	1254197	RITUXIMABE 100MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA COM 10ML.	FRASCO-AMPOLA	200	R\$ 282,80	R\$56.560,00	200	R\$56.560,00	0	R\$	400
12.	760692	SOLUÇÃO DE PRESERVAÇÃO DE ÓRGÃOS À BASE DE HTK (CUSTODIOL, SOLUÇÃO PRONTO USO PARA PERFUSÃO E PRESERVAÇÃO DE MÚLTIPLOS ÓRGÃOS PARA TRANSPANTE, A FRIO). E CARDIOPLEGIA CONTENDO HISTIDINA,	BOLSA	350	R\$ 1.536,26	R\$537.691,00	350	R\$537.691,00	0	R\$	700



TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS

		ALFACETOGLUTURA DO (HTK). ESTÉRIL E APIROGÊNICA, BOLSA DE 1000ML. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR O TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, NOME E MARCA DO PRODUTO, FORNECEDOR E ENDEREÇO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.									
13.	2086905	SOLUÇÃO INJETÁVEL DE ELETRÓLITOS COM pH 7,4, ACONDICIONADA EM BOLSA PLÁSTICA DE 500ML. CADA 100ML DE SOLUÇÃO	BOLSA	2.000	R\$ 52,93	R\$105.860,00	2.000	R\$105.860,00	0	R\$	4.000



TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS

		CONTÉM: CLORETO DE SÓDIO 526MG, GLICONATO DE SÓDIO 502MG, ACETATO DE SÓDIO TRI-HIDRATADO 368, CLORETO DE POTÁSSIO 37MG, CLORETO DE MAGNÉSIO 30MG.									
14.	2087294	SOLUÇÃO INJETÁVEL DE CLORETO DE SÓDIO 0,9%, ACONDICIONADA EM BOLSA PLÁSTICA FLEXÍVEL DE 1.000ML VIAFLEX ESTÉRIL, COM INVÓLUCRO PROTETOR (SOBREBOLSA).	BOLSA	2.500	R\$ 16,25	R\$40.625,00	2.500	R\$40.625,00	0	R\$	5.000



TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS

15.	503592	TACROLIMUS 1MG, CÁPSULA, ACONDICIONADA EM BLÍSTER CONVENCIONAL OU PICOTADO COM IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUALIZADA CONTENDO NOME DO FÁRMACO, LOTE E VALIDADE.	CAPSULA	6.000	R\$4,35	R\$26.100,00	6.000	R\$26.100,00	0	R\$	12.000
16.	2086832	TERLIPRESSINA ACETATO 1MG, PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO- AMPOLA + SOLUÇÃO DILUENTE.	FRASCO- AMPOLA	1.200	R\$331,94	R\$398.328,00	1.200	R\$398.328,00	0	R\$	2.400
TOTAL FSCMPA R\$ 3.230.533,20							TOTAL FHCGV R\$ 3.230.533,20		TOTAL HEMOPA R\$ 369.205,40		



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2659300

Anexo/Sequencial: 19

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Manuela Paes Fonseca,

CPF: ***.681.312-**

Em: 25/05/2026 11:09:57

Aut. Assinatura: 408ad40a02db6fdddf34e142e0be1959454981746205221119a422e28a9fd4a8



Identificador de autenticação: 36b310ef-ec93-4223-8378-031cf6b95a1c

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>